



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/). Fonte: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/15642>. Acesso em: 06 jan. 2022.

Referência

COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa et al. Pandemia e seus impactos na Educação Brasileira: vozes dos Vice-Presidentes Regionais da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). **RBEC**: Revista Brasileira de Educação Comparada, Campinas, v. 3, n. 00, p. e021013, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/15642>. Acesso em: 6 jan. 2022.

Pandemia e seus impactos na Educação Brasileira: vozes dos Vice-Presidentes Regionais da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC)

La Pandemia y sus impactos en la Educación Brasileña: voces de los Vicepresidentes Regionales de la Sociedad Brasileña de Educación Comparada (SBEC)

The Pandemic and its impacts on the Brazilian Education: voices of the Regional Vice-Presidents of the Brazilian Society of Comparative Education (SBEC)

RESUMO: Primeira edição do webinar "A pandemia e seus impactos: vozes dos comparatistas do mundo", coordenado por Eliacir Neves França (UEL), com a participação dos vice-presidentes regionais da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC): Maria Lilia Imbiriba Colares (UFOPA) – Norte; Robert Verhine (UFBA) – Nordeste; Remi Castioni (UNB) – Centro-Oeste; Débora Jeffrey (UNI-CAMP) – Sudeste; e Maria Cecília Lorea Leite (UFPEL) – Sul.

Palavras-chave: Pandemia e seus impactos na Educação. Vozes de comparatistas. Educação Comparada.

RESUMEN: Primera edición del webinar "La pandemia y sus impactos: voces de los comparatistas del mundo", coordinado por Eliacir Neves França (UEL), con la participación de los vicepresidentes regionales de la Sociedad Brasileña de Educación Comparada (SBEC): Maria Lilia Imbiriba S. Colares (UFOPA) – Norte; Robert Verhine (UFBA) – Nordeste; Remi Castioni (UNB) – Centro-Oeste; Débora Jeffrey (UNI-CAMP) – Sudeste; y Maria Cecília Lorea Leite (UFPEL) – Sur.

Palabras clave: La pandemia y sus impactos en la Educación. Voces de los comparatistas. Educación Comparada.

ABSTRACT: First edition of the webinar "The pandemic and its impacts: voices from the world's comparatists", coordinated by Eliacir Neves França (UEL), with the participation of the regional vice-presidents of the Brazilian Society of Comparative Education (SBEC): Maria Lilia Imbiriba S. Colares (UFOPA) – North; Robert Verhine (UFBA) – Northeast; Remi Castioni (UNB) – Central-West; Débora Jeffrey (UNI-CAMP) – Southeast; and Maria Cecília Lorea Leite (UFPEL) – South.

Keywords: Pandemic and its impacts on Education. Voices of comparativists. Comparative Education.



Maria Lília Imbiriba Sousa Colares¹

Vice-presidente da Região Norte da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC – 2020-2022)

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutora em Educação pela UNICAMP, com Estágio Pós-doutoral na Facultad de Filosofia y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina – Projeto CAPG-BA 060/12 CAPES. Professora Associada da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Foi Diretora da ANPAE Seção PARÁ biênios (2011-2013; 2013-2015).

Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais. Possui obras publicadas em livros, periódicos e anais de eventos.

Este texto resulta de minha participação no webinar com a temática central “A pandemia e seus impactos: vozes dos comparatistas do mundo”, organizado pela Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). Será mantido o mais próximo possível do conteúdo e da forma original. Reitero os agradecimentos ao Prof. Dr. Luís Enrique Aguilar, presidente da SBEC, pelo convite para esta primeira atividade

que se soma a outras em diversas regiões do mundo, sobre os impactos da pandemia, por meio das vozes dos comparatistas.

Quero manifestar toda a minha solidariedade aos familiares da população mundial nesse momento de pandemia, que no Brasil já ultrapassa 50 mil mortes. E aos que estão em tratamento desejo a rápida e exitosa recuperação.

De modo especial, envio meu abraço a toda a equipe da sociedade de educação comparada em qualquer local do mundo. E aos colegas professores, aos pesquisadores e estudantes do PPGE Ufopa e do grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR Ufopa, que estão nos acompanhando.

Para tratar da pandemia e seus impactos, como vice-presidente da sociedade brasileira de educação comparada da região norte, há vários aspectos a serem considerados. No entanto, para efeito desta fala vou eleger como eixo os impactos da pandemia na região norte. Procurarei indicar, inicialmente, o que significa para mim este momento. Em segundo lugar, destacarei sobre a importância da pandemia para meu cotidiano acadêmico enquanto pesquisadora na área de políticas educacionais para a educação básica e docente em curso de formação de professores em universidade pública, buscando destacar a preocupação com as mudanças que a pandemia gera e poderá gerar nas relações educacionais. A partir das argumentações desencadeadas no decorrer deste webinar, onde de certa forma foram apontadas possíveis saídas para vivermos nesse mundo em pandemia, concluo minha participação.

¹ E-mail: liliaimbiribacolares@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>

Viver em um planeta em pandemia: o que significa?

A Região Norte é formada por sete estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Juntos, são maiores que a Índia e ocupam quase a área da União Europeia. Se fosse um país, seria o 7º maior do mundo em área territorial. Mas também estaria entre aqueles com as maiores desigualdades sociais, uma vez que temos a segunda menor renda mensal domiciliar per capita média, sendo de R\$ 950,00. O Norte apresenta, proporcionalmente, o menor número de médicos, de leitos, de UTI e de ventiladores, o que, no contexto da COVID-19, amplifica a crise sanitária, com praticamente metade de seus estados apresentando a maior incidência da doença, e com seus habitantes muito mais suscetíveis e vulneráveis posto que, todos os seus estados apresentam indicadores de pobreza acima da média nacional. Essa situação representa a discrepância socioeconômica entre as regiões administrativas do Brasil, cuja grandeza territorial traduz uma nação multifacetada pela desigualdade. Por conseguinte, os impactos da COVID-19 se agravaram, revelando ao mundo as nossas fragilidades quanto ao acesso, e assistência à saúde dos povos que habitam esta vasta região, e especialmente das populações nativas e tradicionais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, que estão em locais mais afastados de onde existem hospitais ou postos de saúde, seja nas margens dos rios ou na terra firme, no campo e nas periferias das cidades. Devido a falta de insumos e de determinação política governamental até hoje são poucos os números de testes para detectar com maior precisão os casos de contaminação

pelo novo coronavírus, paralelo a isso as outras variações de gripe e doenças que também afetam o sistema respiratório continuam a fazer vítimas.

Dados provenientes do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponíveis no endereço eletrônico do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), revelam que “entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2020, 1 milhão 163 mil 303 pessoas foram internadas nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) na região Norte, devido a doenças respiratórias”. Nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins ocorreram a maior parte das internações.

Tanto em números absolutos quanto em números proporcionais o Norte apresenta os piores índices na área de saúde. Quando a epidemia chegou entre nós, em março, tínhamos 1.355 leitos, o que representa em torno de 7 para cada 100 mil habitantes. No Nordeste era 10, no Sul 14, no Centro Oeste 17 e no Sudeste 18. A maioria dos municípios da Amazônia não dispõe de um leito de UTI sequer. A recomendação da Organização Mundial de Saúde é de 1 a 3 para cada 10 mil habitantes. Dos 5 mil 570 municípios do Brasil menos de 600 atende a essa recomendação. O problema se agravou, pois em tempos de pandemia, a necessidade aumenta de 3 a 10 vezes, e não conseguiram suprir, mesmo com a montagem de hospitais de campanha. Daí a necessidade de políticas públicas para se “tratar desigualmente os desiguais” a fim de se garantir a igualdade de oportunidades de

sobrevivência e de desenvolvimento pessoal e social para a diversidade de povos que constitui a nação brasileira.

As informações apresentadas visam responder à questão sobre o que significa para eu viver em um planeta em pandemia, e, além disso, em uma região periférica do sistema, com pouco ou nenhum retorno dos avanços, mas fortemente submetida a exploração da natureza e das pessoas. Desta forma, viver em um planeta em pandemia nos faz questionar nossa existência, o ter, o ser e as incertezas quanto ao sentido da existência individual e coletiva em um mundo cada vez mais individualista.

A pandemia da COVID-19 nos faz refletir sobre a sociedade real do local onde vivemos, vindo à tona falácias e discursos baseados no mero esforço próprio, nas opções individuais, no interesse centrado na maximização do lucro em detrimento do bem-estar coletivo.

O isolamento social a que hoje nos vemos forçados pode ser lido como uma metáfora do quanto a negligência para com os serviços públicos de saúde significa o desprezo para com a vida de cada uma e cada um de nós em termos singulares.

Com o avanço do contexto pandêmico no país, vimos que dentre os estados com os maiores coeficientes de incidência da COVID-19 por um milhão de habitantes, a maioria está situada no Norte do país. Sendo que o Amazonas e, principalmente sua capital, Manaus, chegou a ser o epicentro. Mas também houve número elevado de registros no Pará, no Amapá e em Roraima, tanto quanto em estados bem mais populosos como São Paulo, Ceará e Pernambuco.

Aqui, como em outras regiões, não temos segurança quanto aos números reais da epidemia. Conhecedores das mazelas da rede hospitalar, muitos foram contaminados de forma leve ou até grave e se automedicaram, como costumam fazer para inúmeras ocorrências. Seja pela dificuldade de deslocamento até um posto de saúde ou hospital, seja por saber de antemão que lá podem não ser atendidos, seja também, agora, na pandemia, pelo medo de serem internados, ficar em isolamento e vir a óbito. A invisibilidade dos não notificados, foi mensurada em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pelotas, a qual constatou que para cada caso confirmado há pelo menos sete casos não notificados. Um dos indicadores mais contundentes são as mortes, mesmo que sejam registradas apenas como problemas respiratórios. Na região Norte houve o crescimento da taxa de mortalidade das faixas etárias de 60 a 69 anos, 70 a 79 anos e 80 anos ou mais, com destaque para a faixa de 60 a 69 anos, a qual aumentou 113,15%.

A pandemia demonstrou, também a importância do Sistema Único de Saúde, de natureza pública, sendo praticamente a única possibilidade de atendimento. Ao mesmo tempo, deixou muito mais visível que se trata não de um sistema único, mas multifacetado pela desigualdade, já que a distribuição de recursos em saúde não é igualitária ou entre as unidades federativas do Brasil. E nem conta com uma política visando alcançar um nível de equidade.

São diversas as variáveis que tornam a população de baixa renda mais propensa à infecção pelo novo coronavírus, tais como o uso de transporte público, o maior número de moradores por domicílio, o deficitário

acesso ao saneamento básico e à saúde e a dificuldade de manter o isolamento social sem perda importante da renda ou do trabalho.

Portanto, viver em um planeta em pandemia, para além dos transtornos com a brusca alteração de rotinas, das dores pelas perdas de entes queridos, significa, por outro lado, exercitar o respeito ao próximo e o cuidado com a natureza, pois vivemos em um dos momentos mais graves da história brasileira. Não estamos passando apenas por uma crise de saúde, sanitária, mas por uma crise econômica, social e política. A democracia está ameaçada, as políticas públicas passando por retrocessos.

A importância da pandemia para o cotidiano acadêmico: mudança nas relações educacionais

Neste tópico trago as reflexões mais para o campo da educação. Considerando que no meu cotidiano acadêmico trabalho com políticas públicas da educação básica e gestão escolar, minha fala vai estar apoiada em informações gerais nesse período de pandemia, principalmente da região metropolitana de Santarém. Ao apresentar o panorama educacional em que nos encontramos apresento também as minhas preocupações com as mudanças que a pandemia poderá gerar no cotidiano das relações escolares.

Inicialmente convém observar que a docência é uma atividade profissional realizada por indivíduos concretos, em um determinado tempo e espaço, sofrendo influências externas e também com possibilidades de exercer influência, seja sobre as pessoas ou mesmo em coletivos, dado o seu potencial criativo e transformador.

Sem dúvida a pandemia acelerou mudanças de paradigmas e nos faz refletir sobre as várias formas de interação social, sobre a terceirização da vida (creche, Uber, restaurante), sobre a importância e necessidade da resistência ativa contra o avanço do neoliberalismo, do fascismo, da necropolítica.

No próximo item abordo as mudanças que a pandemia gera nas relações educacionais com o olhar voltado para a região metropolitana de Santarém, onde resido, as quais expressam a realidade de muitos outros locais da Amazônia que compõem o Norte brasileiro.

O exercício da docência é quase sempre desafiador, e as dificuldades se acentuam nos locais onde as políticas públicas não estão implantadas ou são ineficientes, dificultando a garantia de qualquer padrão de qualidade no ensino.

Dados constantes no Censo Escolar da Educação Básica, de 2016, publicado em fevereiro de 2017, portanto, bem antes da pandemia, já mostrava o quadro das desigualdades regionais e a situação precária da educação no Norte e Nordeste do Brasil. Alguns exemplos: Essas regiões têm o menor percentual de escolas com bibliotecas ou salas de leitura, em média apenas 20 por cento. E não estamos tratando da qualidade. Apenas se existe pelo menos algum espaço com essa função. Com relação a formação docente, novamente o Norte e o Nordeste se assemelham, com a predomi-

nância de 30 por cento ou menos de docentes com ensino superior, enquanto no Sul e no Sudeste os percentuais já ultrapassam 50 por cento. Para fechar essa análise na qual aponto que a pandemia apenas deu mais visibilidade e ampliou as mazelas, vejamos um dos indicadores mais significativos com impacto direto sobre o momento atual. O acesso a internet. Menos de 20 por cento das escolas do Norte e Nordeste dispõe desse apoio. Lembrando que estamos falando de dados de 2016. E de internet nas escolas. Mas os dados são indicativos, de certa forma, da não existência de redes de acesso nos locais onde as escolas estão.

Com o advento da crise sanitária mundial provocada pela pandemia da COVID-19 e a adoção de medidas de isolamento social, as atividades educacionais escolares ficaram bastante comprometidas. Principalmente pela falta de articulação do órgão central, o MEC, com os sistemas estaduais e municipais de educação. Dessa forma, cada Estado e Município adotou medidas próprias, por meio de decretos, quase sempre realizando a mera suspensão das atividades escolares.

Na rede de ensino estadual do Pará, a SEDUC disponibilizou aulas, sem obrigatoriedade, para estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental e do ensino médio, com transmissão pela TV Cultura. Mas não há uma ação coordenada e não se tem notícia sobre o planejamento do retorno. As atividades presenciais estão previstas para ocorrer em agosto deste ano. Pelo que temos conversado com professores de outros municípios e outros estados da região, essa tem sido a regra. Um verdadeiro salve-se quem puder; e sabemos que poucos são os que podem, tendo em vista as limitações de

toda ordem, mas principalmente quanto a internet, fundamental para a realização de atividades remotas.

Na área da saúde, apesar dos desencontros entre o Presidente e os ministros, culminando com a saída de dois deles com repercussões negativas junto a população, ao menos se verifica um pouco mais de articulação, por causa da existência do Sistema Único de Saúde. As rotinas de atendimento, os protocolos são seguidos com alguma regularidade e sistematização, bem diferente do que se observa na área educacional, na qual há muita discrepância entre os sistemas, as redes pública e privada, mas também no âmbito interno dos sistemas e das redes, de maneira que até mesmo em um município encontramos situações muito díspares, cujo impacto já se mostra extremamente prejudicial para o aprendizado. A pretensa escola em casa é inconcebível para milhões de pessoas, que vivem em condições de extrema pobreza, e mesmo para algumas que não estejam nessa situação, mas não dispõem de acesso a internet, que passou a ser o principal meio de transmissão de dados a distância e está sendo utilizado nessa conjuntura de isolamento social.

Percebemos que a pandemia abala a dinâmica da escola, uma vez que ela está baseada na convivência e no compartilhamento de ideias e saberes, além da socialização e do aprendizado de conteúdos historicamente construídos. As atividades estão interrompidas para a maioria (especialmente na rede pública), enquanto poucos podem dar continuidade de parte das rotinas educacionais (seja de forma espontânea ou por conta das exigências do mercado, como se

nota na rede privada, para justificar a cobrança das mensalidades). Destacando que muitos dos estudantes ou não dispõem dos equipamentos ou não conseguem aprender sem o auxílio direto de professores e as trocas com seus colegas.

O exercício da docência durante a pandemia, sobretudo na Educação Básica na rede privada, com a migração do ensino presencial para o modelo remoto, gerou desafios: Primeiro, o de fazer com que os estudantes “não percam o foco nos estudos”, o que é positivo, porém, “gera uma situação desconfortável para os pais que ainda precisam trabalhar fora de casa nesse período e não conseguem acompanhar os filhos” no contexto tecnológico, até então, pouco explorado como meio de ensino. Com a sala de aula entrando na casa, é mais frequente que os filhos solicitem apoio dos pais ou de quem esteja com eles; assim sendo, percebemos um sério problema do modelo de ensino a distância adotado, sem o cuidado com o devido acompanhamento, e sem que tenha sido planejado, levando professores e estudantes a manusearem a Internet e seus recursos, de forma aleatória, podendo trilhar caminhos equivocados e até perigosos no ambiente virtual, como, por exemplo, os das *fake news*, e conteúdos escolares de baixíssima qualidade.

Outro desafio diz respeito às condições objetivas concretas. Sabemos que para o ensino não presencial ocorrer com o mínimo de possibilidade de êxito, se faz necessário a existência e o adequado funcionamento de equipamentos tecnológicos, sejam quais forem os escolhidos para as atividades. Na região Norte o acesso a internet ainda é bastante limitado e em grande parte do seu

vasto território não há cobertura. Há exceções, claro, mas não podemos nos basear por elas, pois assim estaríamos fortalecendo as desigualdades, as injustiças, a exclusão.

Quanto ao ensino superior, na instituição onde trabalho, a Ufopa, está realizando atividades acadêmicas e administrativas de forma remota. O calendário acadêmico dos cursos de graduação permanece suspenso, e estão mantidos os pagamentos de auxílios e bolsas estudantis vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e ao Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC) (PROEN, 2020).

Já as atividades da pós-graduação estão ocorrendo de forma remota por meio da plataforma rede nacional de ensino e pesquisa (RNP). Alguns grupos de pesquisas fazem reuniões online e as orientações aos alunos da pós-graduação são feitas pela internet. Na segunda quinzena de junho de 2020 iniciaram as discussões sobre o regulamento para a implantação de um semestre letivo especial que dispõe sobre a oferta de componentes curriculares nos cursos de graduação, para atender principalmente concluintes e ofertar atividades de forma não presencial, sem obrigatoriedade para professores e estudantes.

No dia 14 de junho foi postado no site da Ufopa que a Pró-reitoria de Ensino de Graduação, no contexto de enfrentamento da Pandemia, vem desenvolvendo ações que subsidiam o trabalho acadêmico remoto por meio do incentivo à formação docente, com disponibilização de links de cursos de curta duração, tutoriais e outras ferramentas,

ofertados por diversas Universidades e outras instituições de ensino, para auxiliar na capacitação do uso de Tecnologias Virtuais para a aprendizagem (PROEN, 2020).

Completando o conjunto de desafios, oriundos da realidade vivenciada pelos profissionais da educação e estudantes do Norte do Brasil, estão as dificuldades no uso dos recursos tecnológicos, o que gera sobrecarga de trabalho. Os professores são mais demandados (*lives*, reuniões remotas, orientações) e por vezes também transferem algumas demandas para os estudantes. Na universidade, o desafio é definir qual modelo iremos seguir pós-pandemia? Quando reflito sobre esse modelo, penso que deveremos redefinir o número de estudantes em sala de aula, pensar como será realizada a higienização dos espaços. Como docentes

também temos que ter a clareza sobre a dupla atividade (a presencial e a por meio dos grupos de WhatsApp, RNP ou outra plataforma) – e sobretudo, ter muito cuidado para não potencializar as desigualdades já existentes. É urgente a necessidade de formação para utilização de plataformas tanto para os estudantes como para os professores, inclusive das instituições de ensino superior.

Ainda não se tem concretamente a dimensão desse impacto, mas seguramente a escola após a pandemia vai passar por mudanças muitas das quais já estão em curso, por isso é essencial estarmos atentos ao que está acontecendo, analisarmos com profundidade e buscarmos os aprendizados necessários para que possamos contribuir de forma efetiva para a melhoria do processo educacional.

Algumas considerações

Em conformidade com o que expusemos até agora, tendo em vista a necessária interação e convergência das reflexões desenvolvidas, caminho para a conclusão retomando o sentido de ser e de viver.

Como em outras regiões – na Amazônia – temos as disparidades internas, em todos os setores. No educacional, predominam escolas com graves problemas estruturais: instalações físicas; formação e qualificação dos profissionais que nela atuam, falta de recursos pedagógicos e, principalmente, no atual contexto, de condições tecnológicas para que seja dada assistência aos estudantes. Mas, por outro lado, temos também, mesmo que em quantidade ínfima, escolas que estão conseguindo manter grande

parte de suas atividades, propiciando condições para a aprendizagem. Todavia, longe disto ser algo salutar, corresponde à manifestação mais visível e contundente das enormes distâncias que separam as pessoas. E nos provocam a uma tomada de posicionamento, a luta pela superação desse quadro. Luta essa que passa pela defesa da educação enquanto direito, e por políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades e corrigir as distorções que inviabilizam o exercício da cidadania a milhões de pessoas.

A escola pública, laica, gratuita e universal, anunciada pela burguesia revolucionária no século dezoito, na Europa, e proclamada na nossa Constituição Federal de 1988, ainda

não se realizou entre nós. Em muitos locais desta vasta região a escola ainda continua sendo lugar de poucos, um não lugar para os trabalhadores e seus filhos, para negros e índios. E mesmo aonde ela havia chegado, com a pandemia, sofreu um grande revés. Daí porque a luta é também para que não haja outros retrocessos. Como afirmou recentemente o professor Anselmo Colares (2020) em uma *live* no canal do ICED no Youtube, na qual destacou a escola após a pandemia, almejamos que essa instituição “seja cada vez mais lugar da diversidade, da esperança de melhoria das condições de vida, de desenvolvimento pessoal e profissional, onde ocorra o encontro dos diferentes que se respeitam, dos iguais que se reconhecem por direitos e deveres, e onde os problemas coletivos, incluindo as questões sociais e ambientais, sejam tratados com o entendimento de que dependemos uns dos outros e da natureza que nos abriga” (Colares, 2020). Escolas que apesar das muitas deficiências, sejam espaços de luta, de resistência e esperança.

Por outro lado, não podemos ser ingênuos em achar que era essa a escola predominante no período que antecedeu a pandemia. O isolamento social antecipou efeitos deletérios que já vinham sendo anunciados, com o uso do aparato tecnológico para reduzir gastos públicos, e no setor privado além de ampliar os ganhos com a venda de produtos e serviços, intensificar a exploração dos professores.

A pandemia, de certa forma, reforçou os argumentos quanto a necessidade e a viabilidade de uso das plataformas digitais na educação. Todavia, estamos vendo que

não basta a vontade de dar aulas usando a internet, celulares, vídeo aulas. Não basta a existência de recursos computacionais, é preciso repensar o trabalho pedagógico em suas várias dimensões, o que inclui a escola, a família e a sociedade.

O desafio está em incorporar avanços, sem excluir aqueles que não podem ter em suas casas os meios tecnológicos e as condições objetivas para viver, e aprender. O impacto da pandemia para a educação poderá ser menos traumático se houver responsabilização do estado, por meio dos sistemas de educação, quanto ao retorno do funcionamento das escolas, não deixando essa tarefa apenas aos gestores e professores.

Concluo minha fala agradecendo essa oportunidade e parabenizando a iniciativa, mostrando o protagonismo da SBEC na área educacional. É importante a continuidade para que possamos ter acesso a informações e debates com convidados de diversas partes do mundo, podendo gerar cooperação interinstitucional nesse momento que passamos por uma crise comum. Esse ciclo de debate nos permitirá olhar para o futuro de forma coletiva, solidária e com base acadêmica. Dessa forma, poderemos melhor contribuir com soluções viáveis aos problemas globais.

As temáticas que abordei podem ser lidas em meus artigos ou em textos de outros colegas professores pesquisadores que residem na Amazônia. Aqui na Ufopa temos a Revista Exitus², que publica resultados de pesquisas de âmbito regional além de textos nacionais e internacionais, mas também

² <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/issue/view/35>

em periódicos de outras regiões encontramos publicações sobre o Norte, a Amazônia.

Obrigada as pessoas que nos acompanharam até aqui. Um forte abraço aqui do Norte do Brasil, da Amazônia brasileira.

Referências

- Colares, A. A. (2017). A educação superior e os desafios da prática docente. *Revista Exitus*, 8(1), 17–33. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2018v8n1ID404>
- Colares, A. A. [Iced Ufopa] (2020, 7 de maio). *A escola após a pandemia* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gLh5wGUpXRM>
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEN (2020, 15 de junho). *Proen realiza ações de incentivo à formação docente durante a pandemia de COVID-19*. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/proen/comunica/noticias/proen-realiza-acoes-de-incentivo-a-formacao-docente-durante-a-pandemia-de-COVID-19/>
- Santana Filho, M. M. (2020). Educação Geográfica, Docência e o Contexto da Pandemia COVID-19. *Revista Tamoios*, 16(1), 3–15. <http://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50449>
- Saviani, D. [HISTEBR] (2020, 6 de junho). *Conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Ju29KiHmqzo&t=1655s>
- Soares, S. B. (2020). Coronavírus e a modernização conservadora da Educação. In S. B. Soares, J. R. Martins, L. Fiera, O. Evangelista, R. Flores, E. Sousa, A. Viana, L. Lima, & M. Bernardes (Org.). *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil* (pp. 5–14) [V.1]. Editora Terra Sem Amos.
- Soares, L. V., & Colares, M. L. I. S. (2020). Educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil. *Debates em Educação*, 12(28), 19–41. <http://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p19-41>
- Soares, L. V., Colares, M. L. I. S., & da Hora, D. L. (2020, abr-jun). Ensinar na pandemia: dilemas atuais da docência. *Revista Educação Básica em Foco*, 1(1). Disponível em: <https://educacaobasicaemfoco.net.br/01/Artigos/Ensinar-na-Pandemia-dilemas-atuais-da-docencia-Lucas-MariaLilia-Dinair.pdf>



Robert Verhine (Bob)³

Vice-presidente da Região Nordeste da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC – 2020-2022)

Concluiu o bacharelado (B.A.) em Economia pela University of California, o mestrado (M.A.) em Estudos Latinoamericanos pela University of California e o doutorado (Ph.D.) em Educação pela Universität Hamburg. Nasceu e foi criado na Califórnia (EUA), trabalha na Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 1977. Atualmente é Professor Titular (aposentado) da Faculdade de Educação e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Além disso, trabalha com a CAPES como Coordenador da Área de Educação e membro titular do seu Conselho Técnico-Científico (CTC-ES).

Sou membro fundador de nossa Sociedade Brasileira de Educação Comparada e, quando a mesma foi fundada em 1983, eu estava aqui no Brasil como professor na Universidade Federal da Bahia. A nossa sociedade tem tido muitos altos e baixos no decorrer do tempo. Ela começou, na verdade, de uma forma muito boa, porque promovemos um grande encontro

internacional de sociedades de educação comparada em 1987 e atraímos pessoas de muitas partes do mundo para participar neste evento no Rio de Janeiro.

Então a Sociedade estava no centro de tudo, mas depois ela perdeu um prestígio, a partir do em que o interesse na educação comparada ficou menor e também a questão política ideológica se fez muito presente. Mas eu sinto que hoje a Sociedade está ressuscitando, em parte por causa de sua nova liderança, mas também por causa do momento. Um momento em que todo mundo sabe sobre e está conectado com o que está acontecendo internacionalmente. Todos nós estamos preocupados com o que está acontecendo no contexto global.

A partir de análises comparadas, podemos compreender o que está acontecendo em outros países e o que está acontecendo aqui no Brasil. Um bom exemplo é a questão do COVID. Existem países que estão lidando com o COVID de uma forma diferente do que o Brasil, inclusive, nosso país até tem renome internacional pela maneira como está lidando com o COVID, sobretudo porque ocupa o segundo lugar, atrás dos Estados Unidos, em termos de números de casos, números de mortes etc. Há também uma polarização política muito forte sobre o tema aqui no Brasil que existe em outros lugares também, especialmente nos Estados Unidos, meu país de origem.

³ E-mail: rverhine@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5157-3680>

A experiência do isolamento social

A educação comparada sempre se baseia na história e na ciência. Acreditamos na construção de dados, na utilização de teorias e através desta análise comparada construímos conhecimento que não seria possível se não fizéssemos uso da análise comparada, tudo com base científica. Mas o que é base científica?

Num primeiro momento se faz ciência olhando para tudo com uma dúvida no sentido de buscar sistematicamente evidências para sustentar conclusões diferentes e deixar que as evidências determinem decisões políticas de forma coerente com a ciência. Então eu fico preocupado com o momento, sobretudo porque sou um idoso - como um idoso pode lidar com o COVID? Como idoso, há pontos positivos e negativos. O lado negativo é estar numa situação de risco, por isso, tem mais de três meses que não saio de minha casa. Há mais de três meses não entra ninguém em minha casa. O único contato que tenho é com minha esposa. O último dia que saí de casa foi em 19 de março. Então, evidentemente, estou muito isolado, especialmente como idoso porque não quero correr nenhum risco de pegar a doença. Também há aspectos positivos. Eu fico dizendo a mim mesmo “Graças á Deus que isso aconteceu agora e não alguns anos atrás”, porque tenho uma série de bagagens para ajudar a lidar com uma situação em que se fica isolado em casa. Por exemplo, eu estou muito feliz com essa experiência de videoconferência. No passado eu nunca dei muita atenção para vídeo conferência e nem sabia usar essas plataformas que existem. Mas agora estou

sabendo usar essas plataformas e estou percebendo que videoconferência é uma forma muito boa para interagir. Pode-se sistematizar muito bem uma reunião, fazer registros e colocar documentos, não apenas oralmente, mas de uma forma escrita. A vídeo conferência fornece uma série de conveniências na oferta de encontros, tanto de pequena como de grande escala.

Então, eu passo muito tempo fazendo videoconferência. Este meio é uma forma não apenas de interagir, mas é uma forma também de trocar ideias sistematicamente e conhecer pessoas novas. E pretendo usar a vídeo conferência com muito mais frequência no futuro, independentemente de ter a presença do COVID.

Vejo que estamos descobrindo que podemos nos comunicar com mais frequência. A título de exemplo, em 19 de março eu vi que não poderia sair mais de casa, então cancelei quinze viagens, especialmente viagens de trabalho. Sabemos que cada viagem é bastante cansativa, especialmente para um idoso, indo para o aeroporto, pegando um avião, indo para o hotel.

Neste momento, trabalhando via videoconferência, não há as idas à aeroportos, não há viagens de avião ou hospedagem em hotéis. Isso facilitou a minha vida em vários aspectos.

Não estou dizendo que estamos em um momento feliz, mas estamos em um momento, em que, pelo menos pessoalmente, existem oportunidades de interagir com pessoas em toda parte do país através das novas tecnologias, o que de certa forma

tem sido uma experiência positiva. Acho que isso vai ter implicações sobre a forma

como vamos nos comunicar no futuro.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância

Quero abordar aqui a questão da educação a distância. Quando ocupei o cargo de presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) tínhamos um problema enorme no sentido de garantir qualidade da educação à distância no curso de graduação. Recentemente, por determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a CAPES formulou uma política de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e eu fui o responsável pelo grupo de trabalho que a formulou.

A forma de avaliar propostas de educação à distância no curso de pós-graduação é uma novidade. Até este momento não havia no Brasil nenhum programa de pós-graduação à distância – mestrado e doutorado. A possibilidade de criar um programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade distância aconteceu em 2019. A CAPES criou primeiro uma comissão e publicou uma portaria com padrões mínimos para apresentar propostas. Foi este trabalho que coordenei. Nossa responsabilidade era criar indicadores e critérios para avaliar propostas de educação a distância de forma a assegurar que as propostas garantissem a oferta de cursos sustentáveis de boa qualidade.

A CAPES vem trabalhando há 40 anos no sentido de assegurar a qualidade dos cursos de pós-graduação. Nas análises comparativas realizadas sobre a educação de nível de pós-graduação, nosso país é muito bem avaliado, tanto no sentido da análise do sistema, quanto no sentido do acompa-

nhamento e avaliação de programas específicos como centros de formação e instrumentos de ciência e produção científica. Portanto, temos orgulho do sistema de avaliação que a CAPES, trabalhando com a comunidade acadêmica, criou.

No país, temos cinco mil programas de pós-graduação distribuídos em quarenta e nove áreas de conhecimento. Dado à complexidade do sistema nacional de pós-graduação no Brasil, sua avaliação não é uma tarefa fácil.

A educação a distância começou no Brasil em nível graduação no início do século XXI e se expandiu a tal ponto que hoje vinte e seis por cento de alunos que estudam cursos de graduação já estudam em programas a distância. O problema é que mais de setenta por cento dessas matrículas são oferecidas por cinco instituições que dominam totalmente o setor. Em contraste, nos Estados Unidos apenas onze por cento dos alunos de graduação estudam em cursos a distância. Tanto no Brasil quanto nos EEUU, instituições com fins lucrativos são responsáveis por uma grande parte da oferta desta modalidade de educação.

Educação à distância é uma forma muito boa para maximizar lucros porque serve para minimizar o número de professores e maximizar o número de alunos. Então, se você pode pagar poucos professores com dinheiro pago por muitos alunos, isso é muito vantajoso. O problema é que nessa

situação a avaliação e regulação dos cursos e instituições ficam bastante complicadas, porque são envolvidos interesses de grupos ligados à mega instituições que têm ligações mundiais. Tais instituições têm uma influência muito grande na política de educação superior do Brasil e no próprio Conselho Nacional de Educação que decidiu que a pós-graduação deveria ser ofertada à distância.

Isso significa que temos um problema que precisaremos enfrentar aqui no Brasil, porque se as instituições são motivadas pelo lucro e não pela qualidade da oferta, as regras de avaliação e o controle e acompanhamento da qualidade da educação a distância podem sofrer afrouxamento.

Alguns anos atrás nós tínhamos a Secretaria de Educação a Distância, que tinha a responsabilidade de garantir a qualidade da oferta, mas foi fechada em 2011 e nos anos mais recentes quase todas as exigências têm sido afrouxadas. Por exemplo, agora pode-se ofertar cursos na modalidade educação a distância sem ter curso presencial na mesma instituição. Essas são novidades que facilitam a oferta de educação a distância. Isto pode ser visto como uma coisa boa no sentido de expandir as oportunidades de cursar a educação superior, se não tivesse essa oportunidade teríamos vinte e cinco por cento a menos de alunos neste nível de ensino. O problema é que não estamos garantindo a qualidade que o aluno merece. Sem um sistema melhor para acompanhar e avaliar EAD, vamos sempre enfrentar essa situação problemática.

Fizemos um levantamento recentemente sobre os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – a

prova que os estudantes de graduação fazem no final do curso. Os resultados mostram que antigamente os alunos fizeram tão bem na educação a distância quanto aqueles do ensino presencial. Hoje em dia, no entanto, a diferença entre os dois grupos é muito grande e está crescendo. Em outras palavras, a qualidade da educação a distância na graduação está decaindo ao ser comparada com a da educação presencial.

Quanto a pós-graduação a distância, a CAPES recebeu dezessete propostas para a criação de cursos EAD e eu fui o responsável pela Comissão que avaliou essas propostas. As propostas revelaram que ainda não se tem clareza sobre o que é específico dessa modalidade. É importante lembrar que nunca vamos massificar a pós-graduação via educação a distância porque, em sua essência, esses cursos dependem de uma relação entre o orientador e orientando e orientadores qualificados não podem ser massificados. Sim, podemos levar oportunidades de estudo em nível de pós-graduação para lugares que não têm tais oportunidades, mas as possibilidades de expansão sempre vão ser limitadas pela natureza intrínseca de estudo neste nível de ensino.

O que é bom é que todos os programas de pós-graduação têm que ter, obrigatoriamente, um elemento presencial. Todo programa tem que informar quais as atividades a serem realizadas nesses momentos presenciais. O que distingue um curso presencial de um curso à distância legalmente é o percentual de atividades que são presenciais ou a distância. A demarcação oficial é de quarenta por cento. Se tiver mais que este percentual de suas atividades a distân-

cia o curso é de distância, se você tem menos é um curso presencial.

Então todo curso presencial tem um espaço grande para a oferta de aulas remotas. Tais aulas estão acontecendo agora no momento de COVID. Esta tendência de oferecer aulas remotas, dentro dos 40 por cento permitidos no contexto de cursos presenciais, pode continuar no futuro, em tempos pós-COVID, pois aulas remotas têm certas vantagens. O problema é com aulas à distância dentro de programas a distância que não têm um acompanhamento por uma avaliação adequada para garantir uma oferta de qualidade para todos os alunos.

Então nosso desafio é isto, garantir a qualidade para os cursos de pós-graduação a distância. Ainda não existe curso nesta modalidade, mas no futuro vai existir e é necessário pensar sobre esta questão desde já.



Remi Castioni⁴

Vice-presidente da Região Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC – 2020-2022)

Possui graduação (Bacharelado) em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul (1991) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Realizou pós-doutorado na Universitat de Barcelona, junto ao Institut de Recerca en Educació (2017/18). Atualmente é professor-pesquisador da Universidade de Brasília, classe Associado, atuando na Faculdade de Educação e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa em políticas públicas e gestão da educação. É membro também do Programa de Pós-Graduação em Educação – modalidade profissional.

Então estou aqui em Brasília no local onde se deveriam tomar decisões, mas essas decisões não são tomadas e eu creio que nesse momento uma das questões que me chamou muita atenção é a mudança brusca que muitas coisas que nós achávamos que iriam demorar muitos anos para acontecer aconteceram de forma muito rápida muito intensa.

Até mesmo nós que atuamos na área de educação vemos muitos depoimentos que se pensava que um dia pudéssemos utilizar tecnologias a distância para melhorar ou transmitir ou envolver as pessoas, agora virou uma necessidade. Então essa necessidade acelerou muitas das questões colocadas por nosso fazer na Universidade; tivemos que nos reinventar. Porém, acho que foi uma questão que aflorou com muita intensidade, embora nós tenhamos várias universidades e que não continuaram com as atividades de ensino, mas todas as outras atividades que dizem respeito às questões inerentes aos projetos de pesquisa, as publicações, atendimento a imprensa ganhou uma proporção enorme.

Hoje mesmo eu conversei com a editora da revista RAP da Fundação Getúlio Vargas e ela me disse que apenas numa chamada específica da RAP sobre COVID teve o equivalente a todas as submissões equivalentes de um ano. Então, as pessoas estão em casa e produzindo. Eu acho que neste momento houve uma intensificação de fazer isso. O acesso a informação por conta desses meios possibilitou uma transmissão rápida de conhecimento via as redes sociais de grupos de WhatsApp. Então eu que participo de vários grupos que proliferam com uma intensidade incrível; para mim a velocidade da informação é algo assustador.

Por outro lado, há uma calma aparente, o barulho das ruas relativamente diminuiu muito, então não sei se é essa a ideia do silêncio que mudou o nosso hábito de ver, de sentir as coisas e de se tocar pelas imagens. Eu penso que é um momento também de repensar o que

⁴ E-mail: remi@unb.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5459-3492>

nós vamos ser como sociedade daqui para frente e muitas das coisas vão ser modificadas. Percebemos que é possível trabalhar a distância uma coisa que antes não se imaginava.

Um outro aspecto foi a capacidade com que as pessoas aprenderam rapidamente, pessoas como nós, os imigrantes digitais e os nativos digitais, praticamente se equivaleram. Esse aspecto foi positivo, então agora o que se refere

a nossa vida na realidade acho que foi colocada em xeque; eu acho que nós também vamos passar a dar valor às coisas que não dávamos antes e a pensar por algumas dimensões que nos tornam diferentes dos demais indivíduos da natureza. Então eu creio que esse é um momento de muita reflexão e evidentemente que o campo da educação tem enorme contribuição a dar neste momento também.

A pandemia colocou a educação comparada na agenda

A pandemia da COVID-19 trouxe para a área da educação enormes desafios. O primeiro deles é como fazer a educação acontecer em período de restrição de circulação de pessoas. Poderíamos muito bem relacionar isso a um período de guerra. Como acontece a educação em período de guerra? Muito provavelmente as situações têm similaridade. As pessoas estão confinadas em casa, não podem sair para a rua. Pais e filhos convivendo no mesmo espaço. Dividindo e racionando comida, água, e, no nosso caso, os meios de acesso ao que se convencionou chamar de ensino remoto emergencial. É possível aprender e ensinar num período de tamanha adversidade? Seguramente ninguém gostaria de viver numa situação tão dramática como esta. Mas de fato, o confinamento imposto numa situação de anormalidade como esta, guarda proporções àquela que conhecemos e se passam em muitos locais onde há conflitos abertos no mundo.

Por outro lado, ao que nos compete, nunca se falou tanto em educação comparada como agora. Tudo guarda alguma comparação com algum lugar do mundo com algum lugar do Brasil. A situação sanitária

que foi enfrentada por alguns países, como Wuhan, na China, a trágica situação da Itália. Uma partida de futebol de um time de Bergamo, que levou milhares a se contaminarem e isolar praticamente a região mais rica da Itália, a Lombardia do resto daquele país e do Mundo. As mortes na Espanha, o confinamento que impôs um silêncio absoluto em cidades que vivem da agitação do turismo como Barcelona, Londres, Roma e Paris. Nunca se comparou tanto como nesse período.

A UNESCO calculou que 1,5 bilhão de pessoas deixaram de ir à escola, 87% da população em idade escolar foi confinada em suas casas e não puderam ir as suas salas, conviver fisicamente com seus colegas, ver e abraçar seus professores e professoras. E não se sabe quando poderão retornar. Portanto, está na ordem do dia o que é ser comparatista em educação. Comparar sistemas educacionais, comparar medidas adotadas para o combate à pandemia, comparar métodos de aprendizagem, que plataformas estão sendo utilizadas, o que está sendo feito para levar a educação neste período de interdição so-

cial é uma aula e tanto de educação comparada. Se era uma disciplina esquecida e relegada a poucos, agora tornou-se meio de sobrevivência no âmbito da educação. Não só comparando países, mas dentro do Brasil, o que está sendo feito por São Paulo, que pode ser seguido por Sergipe ou pelo Pará, por exemplo. Nunca o conhecimento sobre sistemas educacionais esteve no centro da discussão.

A primeira questão é que nem tudo precisa estar na órbita da Indústria 4.0. Sofisticados meios de manipulação de informações, armazenamento em nuvem, processamento de linguagem natural, etc. Não! Meios superados voltaram. A educação por correspondência do século XX foi adotada por escolas, onde nem a televisão, nem o rádio chegam. Pais buscavam orientações dos professores e as levavam para as casas, devolviam dias depois com as tarefas preenchidas. Comunidades passaram a usar o rádio para transmitir orientações dos professores. Portugal recuperou a teleaula, adotada nos anos de 1960. Nem tudo precisa ser exatamente igual. Foi de uma riqueza impressionante a forma como a educação lidou com tudo isso. A UNESCO lançou uma campanha empolgante: A educação não pode parar. Creio que esta foi a questão mais animadora da agenda educacional. Ver como os professores e professoras decidiram não abandonar os seus alunos, recorrendo aos meios que estão às suas mãos para que a educação não pare.

Da nossa parte, nós pesquisadores da área da educação, que estamos imersos no ambiente da pesquisa, mais do que nunca foi a quantidade de informação e de publicações que circularam. Uma disposição sem precedentes de como lidar com a pandemia

e de como produzir conhecimento. Publicações quase que instantâneas de revistas científicas passaram a circular.

Do ponto de vista pessoal uma das situações que passou a me instigar foi o fato de lembrar de locais, de momentos que não passavam pelos meus pensamentos há muito tempo. Até da escola em que estudei, de amigos que não vejo há muito tempo. Creio ser parte do processo de isolamento e do aparente silêncio que imperou nas ruas, casas e prédios, cada um vivendo uma espécie de isolamento consigo mesmo. Isso foi uma das coisas do ponto de vista pessoal mais interessantes que estou vivenciando. Não sei como isso aconteceu, mas o aspecto do cuidado consigo e com seus próximos fez aflorar a sensibilidade mesmo dentro do frenesi da produção da circulação avassaladora dos meios digitais.

Por fim uma das questões que chamou a atenção foi a total paralisação das atividades de ensino por parte das universidades federais. Se as escolas da rede de educação básica com enormes dificuldades se lançaram no ensino remoto, as estaduais paulistas não paralisaram, as universidades federais, como efeito de manada, paralisaram todas suas atividades e alegaram que o acesso a tecnologia era impeditivo para continuarem. Me pareceu incompreensível o fato de culpar a tecnologia pela dificuldade de continuar com as atividades de ensino. A tecnologia não é problema. Vendo o esforço de prefeituras e de secretarias de estado em não deixar o ano letivo se perder me surpreendeu a paralisação das universidades federais. Não consigo admitir que o acesso a internet seja uma explicação para

a paralisação. Ao pesquisar com mais profundidade e a recorrer a pesquisas domiciliares identifiquei que o acesso a internet entre àqueles que estudam no ensino superior é muito alto, superior a 90%. Portanto, tenho a convicção de que o acesso a tecnologia não é problema. A questão a meu ver está mais ligada ao modelo tradicional de educação. E nesse particular, creio que a pandemia nos deu a constatação que o novo normal em educação, não será voltar a educação que se fazia antes. A pandemia nos revelou que o que demoraria décadas para mudar na educação, mudou em dias. E isso vai forçar necessariamente repensar todo o sistema educacional. A educação já estava sofrendo mudanças. A configuração da sala de aula já estava mudando e com a pandemia acelerou. Creio que isso atingiu em cheio as universidades federais que são muito resistentes à mudança. Basta se olhar o que foi o processo de expansão do REUNI, onde a maioria preferiu reproduzir modelos de formação ultrapassados, mesmo as que foram obrigadas a fazer inicialmente. Fizeram por obrigação, mas depois retrocederam.

Creio que estamos vivendo uma fase na educação que já estava em mutação. A ideia de uma educação mais centrada no aluno, com foco na sua responsabilização como sujeito que aprende junto com o professor está na ordem do dia. Estávamos já vivenciando um hibridismo em educação que não fazia parte das nossas estratégias planejadas nas disciplinas, mas que agora deverão estar. Boa parte do que circulou

não é novidade alguma, já era de conhecimento, só que agora a situação está a exigir adaptação e com velocidade.

Como as universidades na Europa e nos Estados Unidos migraram rapidamente de um ensino presencial para um ensino remoto? Me fiz esta pergunta. Elas tiveram que se adaptar, mas o custo de aprendizado foi muito pequeno perto daquele que estou percebendo, particularmente entre as universidades federais. É porque elas já vivenciavam processos de mudança. Uma destas é o caráter disciplinar que temos nos nossos cursos. Isso nos condena ao atraso. Este modelo já está superado em vários outros locais do mundo, menos no Brasil. Nós condenamos nossos jovens a escolherem uma profissão aos 16 anos para entrar na universidade que eles não vão seguir. O modelo de profissão remonta ao século XIX. Isso não mais existe, quando se sabe que 1/3 das ocupações que vão ser necessárias daqui há menos de 10 anos sequer às conhecemos. Então, quanto mais se trabalhar a ideia da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, melhores resultados obteremos. Nosso modelo de formação está superado. Precisamos nos reinventar. A pandemia veio para mostrar que devemos cuidar melhor de nós, dos nossos próximos e da natureza. Se não soubermos aproveitar os recados que estamos recebendo, estaremos condenados como Nação a nos distanciarmos ainda mais dos países do Norte. Basta Comparar!



Débora Cristina Jeffrey⁵

Vice-presidente da Região Sudeste da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC – 2020-2022)

Professora Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE). Atualmente, é Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE) e atua como Presidente da Comissão Assessora de Diversidade ÉtnicoRacial (CADER) da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp.

O momento é de muita alegria e celebração neste webinar. Parabéns ao Prof. Luis Aguilar – Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Comparada e Editor Chefe da RBEC, os/as demais Vice-Presidentes e Comissão Organizadora pela iniciativa deste webinar.

Neste momento, tenho a honra de lembrar todo o processo de estruturação da RBEC, bem como o seu lançamento nacional e internacional. O Webinar, portanto, amplia as possibilidades de alcance e diálogo com a comunidade em geral.

A pandemia e o indivíduo: o eu num planeta diferente

Reconhecemos o alcance do presente debate e sua amplitude global, especialmente no que tange a atual pandemia e o seu impacto em nossas vidas. Principalmente quando se perde um ente querido, nesse momento, vivencia-se a máxima de todo esse processo, não somente como professora universitária, educadora, amiga e filha.

Os sentimentos de perda, luto e a readaptação de nossas vidas é algo que nos afeta e nos marcará durante toda a nossa existência. Acabo de concluir uma aula há pouco. Os/as estudantes resumiram de forma bastante contundente os desafios impostos pela pandemia: a angústia pela ausência do contato físico, a reconfiguração

⁵ E-mail: debora.jeffrey@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-5037>

das relações educacionais e da nossa atuação como pesquisadoras e pesquisadores.

Então, considero nosso debate um momento de extrema relevância, pois nos propicia o compartilhamento de experiências diante de novos desafios: a resignificação dos paradigmas científicos, epistemológicos, formas de interação social, entre outros aspectos. O presente webinar, é uma oportunidade para que possamos ampliar a análise da atual pandemia como uma questão de saúde pública, mas também de reflexão dos efeitos diretos e indiretos para áreas como a política educacional e a educação comparada, diante dessa nova forma de organização social.

Entende-se, assim, que se por um lado esta pandemia tornou-se sinônimo de perdas ressaltando inúmeros aspectos negativos diante desse processo: o isolamento social,

a mudança das linguagens, meios, formas de comunicação e interação, as demandas da educação remota, das relações familiares e afetivas. Por outro lado, também há uma perspectiva positiva do presente momento vivido: a transposição das barreiras geográficas, que favorecem encontros, diálogos, interação científica e acadêmica, representando um grande desafio.

Por isso, a proposta da RBEC de nos unir para que possamos debater, analisar, dialogar a respeito do presente momento e seu impacto no estabelecimento do “novo normal”.

A representatividade da RBEC e a importância da SBEC na produção e difusão de conhecimento para o campo da educação comparada são, sem dúvida, essenciais ao encontro desta noite. Agradeço a oportunidade de integrar esse momento e participar da presente iniciativa!

A pandemia e o cotidiano acadêmico

Boas-vindas a todos que acompanham este webinar. Minha fala remete às experiências vivenciadas durante esse período de pandemia como docente da Faculdade de Educação, ministrando disciplinas na área de política e gestão educacional junto a estudantes de graduação e pós-graduação, como Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE) da Faculdade de Educação/ Unicamp e na condição de Presidente da Comissão Assessora de Diversidade (CADER) da Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH) da Unicamp. É importante salientar que a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), após o

anúncio oficial da pandemia, foi a primeira no estado de São Paulo a anunciar a suspensão das atividades presenciais, em 12 de março de 2020. O anúncio pegou a comunidade universitária se surpresa: matrículas em andamento, início de semestre letivo, bolsas de estudos em processo de análise. Estudantes do primeiro semestre não tiveram tempo nem para conhecer a Universidade que haviam acabado de entrar, como docentes tivemos 15 dias para alterar os planos de ensino/aula, inicialmente propostos para encontros presenciais, em formato remoto, conhecer, se adaptar ao uso de plataformas digitais, no-

vos termos e linguagens educacionais oriundos do universo da EAD (educação a distância), ER (educação remota) e EH (ensino híbrido).

Então isso nos coloca para pensar: como será daqui em diante? Discutimos isso hoje à tarde: realmente a educação à distância, educação remota e o ensino híbrido vieram para ficar? É uma tendência de fato? Em relação às metodologias ativas há uma série de questionamentos, até porque se pensarmos num processo de formação de professores e professoras, nós não fomos preparados para esta mudança que aconteceu repentinamente. Um dia nós estávamos desenvolvendo as atividades presenciais e em outro, passamos a atuar remotamente. nós passamos todas as nossas atividades e demandas online.

Diante dessas novas prerrogativas, gostaria de deixar algumas provocações: teria a pandemia, de fato, um efeito de proporções globais na educação? Como res-significar as relações sociais econômicas, afetivas, étnico-raciais educacionais, em um momento de mudança nos paradigmas científicos, societários, educacionais, culturais e políticos? A pandemia e seus impactos para e na educação global é uma temática desafiadora. Como pensar o mundo depois dessa nova onda? Como ressignificar as relações sociais, econômicas, afetivas, étnico-raciais e educacionais em um momento de mudanças nos paradigmas científicos, societários, educacionais, culturais e políticos?

São perguntas sem respostas, pois nos questionamos todos os dias, após o dia o anúncio da pandemia, do fechamento de

nossa universidade, da suspensão das atividades não-essenciais.

Mas e agora? A educação não seria essencial? Não aprendemos durante nosso processo formativo que a educação transforma a sociedade, e é essencial para a formação humana?

Como propiciar a formação humana em um contexto de isolamento social, indefinições, medos e mudança nos processos de ensino e aprendizagem?

Cada uma dessas perguntas segue sem respostas. Porém, nunca se comparou tanto! A Organização Mundial de Saúde disse isso, determinou aquilo.... Enfim, as regiões do mundo tornaram-se comparáveis, quem é mais eficiente no combate aos efeitos da COVID-19, quais países cumprem o isolamento social e assim por diante!

No entanto, e a educação nesse processo? Também tem sido comparada?

É interessante observar que a globalização já nos tornava um tanto comparatistas, em relação à educação.

O regionalismo já não é mais o mesmo, agora não é uma questão de nos situar como blocos econômicos, os efeitos da globalização na sociedade contemporânea.

O desafio é repensar a sociedade e a educação em especial nessa nova conjuntura.

A política educacional sua produção de conhecimento e configuração ultrapassa os desafios do Estado- Nação, no que se refere à garantia de direitos. Ensinar e aprender, como fazer, agora? Qual é o perfil do professorado? Qualidade de ensino é possível diante do isolamento social?

Em tão pouco tempo, guias tem sido produzidos: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Unesco, entre outros que buscam indicar alternativas em relação à governança, organização e funcionamento de escolas, a integração entre os organismos educacionais e setores privados.

Entre as alternativas destacam-se a garantia da aprendizagem, a oferta de infraestrutura, a gestão da infraestrutura tecnológica. As plataformas digitais – *e-learning* produzidos por grupos/empresas de tecnologia, o acesso e à conectividade ganham destaque, sendo aspectos que se tornaram comparáveis!

Repensar o uso de ferramentas tecnológicas: redes sociais, programas de TV, *podcasts*, rádio, pacotes de aprendizagem tornam-se aspectos centrais, na tomada de decisão para os governos locais, regionais e internacionais.

Percebe-se que os elementos técnicos da educação da educação são predominantes. A questão curricular, a efetividade das políticas educacionais, a implementação de novos projetos e a reconfiguração do currículo tornam-se questões secundárias. Há que se adaptar ao “novo normal”.

Apesar dessa nova dinâmica em busca do “novo normal”, proposto pelos guias de orientação citados, podemos nos embasar, a partir dos levantamentos realizados pelo Observatório de Regionalismo que apontam iniciativas exitosas no continente africano com a União Africana, que cria Centros de Controle de Prevenção de Doenças, as iniciativas de governos da América Latina através do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América

do Sul (Prosul) no combate ao COVID-19.

Talvez não observamos notícias como essas de iniciativas dessas regiões, muitas vezes identificadas como periféricas, mas estas podem nos apontar novos caminhos: o regionalismo cooperativo, que podemos idealizar como um caminho, uma perspectiva que reconhece as problemáticas e desafios no enfrentamento à COVID-19, mas também como uma possibilidade de cooperação e quem sabe na proposição de uma nova epistemologia, no qual a área da educação comparada pode se pautar.

A agenda educacional torna-se global, os desafios e sua amplitude também! Embora os currículos não sejam entendidos como algo prioritário, nos guias e orientações internacionais, o currículo oculto emerge como uma proposição necessária, pois a desigualdade educacional, o racismo, a homofobia, a desigualdade socioeconômica ultrapassam os saberes, conteúdos e normativas referentes ao currículo oficial.

Compreender que a dinâmica, o funcionamento, a organização dos sistemas educacionais, após a pandemia, na perspectiva da educação comparada e de seus estudos, tornam-se um desafio ímpar devido ao impacto desse processo na organização social, nas relações estabelecidas, no enfrentamento das desigualdades e principalmente no olhar e nas percepções para o outro e com o outro.

Isso envolve nossa percepção da vida cotidiana, de alguns elementos históricos resultantes de dívidas sociais não reparadas e que diante da pandemia, ampliaram-se as vozes, com ecos nas ruas, redes sociais e mídias, com reivindicações legítimas em defesa à vida, à dignidade humana, de luta

antirracista, contra a homofobia, a xenofobia e que estão sendo ouvidas, a partir da mobilização de populações ribeirinhas, das comunidades de inúmeras periferias, do movimento negro, feminista, LGBTQI, entre outros.

As vozes dos comparatistas, portanto, são essenciais como elementos das percepções do outro e com o outro, neste momento.

(In)Conclusões sobre o “novo agora”

Cabe a nós que estamos na Universidade, aos pesquisadores da área, no campo da educação comparada, considerar a atual conjuntura e analisá-la.

O regionalismo cooperativo se configura diante deste cenário de pandemia, em que organismos internacionais como a OCDE e Unesco têm orientado às escolas o estabelecimento de redes políticas entre si, como uma alternativa de manutenção das atividades educacionais, sistemas de ensino privado orientam a organização e funcionamento de unidades escolares, entre outras experiências.

Aos comparatistas o cuidado é necessário, especialmente no uso das ferramentas metodológicas, a fim de subsidiar a conjuntura

analisada, considerando se o nível de comparabilidade ressalta as diferenças ou reforçam semelhanças entre países e sistemas de educação.

As particularidades locais e regionais precisam ser consideradas nessa proposição de análise, com a escolha de instrumentos metodológicos já produzidos no campo da educação comparada e que devem subsidiar os estudos, deixando pistas ao “novo agora” ou popularmente intitulado como “novo normal”.

Enfim, um desafio e tanto!



Maria Cecília Lorea Leite⁶

Vice-presidente da Região Sul da
Sociedade Brasileira de Educação Comparada
(SBEC – 2020-2022)

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Pelotas, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorado na Université Paris 8. É Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas.

Sou Professora do Departamento de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gestão, Currículo e Políticas Educativas e do Laboratório Imagens da Justiça. Pesquisadora integrante do CEPE – Centro de Estudos de Políticas Educativas/UFPel.

A Faculdade de Educação da UFPel, diante do seu compromisso histórico e político com a educação pública, gratuita, popular, democrática, laica e socialmente referenciada,

e considerando o momento preocupante da pandemia, se manifestou contrária ao ensino remoto no Ensino Superior e na Educação Básica, no primeiro semestre deste ano de 2020.

A Unidade Universitária, à qual estou vinculada, optou, neste momento, por ofertar uma série de projetos de ensino, pesquisa e extensão, compreendendo a necessidade de colaborar com o resguardo social e de manter o vínculo com a comunidade interna e externa à UFPel.

De acordo com a mencionada proposta, oportunizamos o desenvolvimento de atividades que integram a graduação, a pós-graduação, professores da educação básica e a comunidade em geral. E isto trouxe novas demandas para nós docentes e estudantes. Não só a atualização com relação a novas tecnologias e ferramentas, como também o planejamento de novos projetos e atividades que possibilitassem um ambiente interativo e diálogos entre os envolvidos no atual contexto. Exigiu todo um movimento de repensar.

Através dos meios de comunicação, redes sociais e outros canais, inclusive contatos entre pesquisadores de nossa rede de investigação, é possível verificar que a pandemia não só parou o planeta, como impôs, de forma brusca, processos de adaptação, novas formas de viver em to-das as geografias que, obviamente, nos levou e está levando a (re)pensarmos a nossa própria vida perante nós mesmos e o mundo.

Reveste-se de relevância, também, considerar a questão da experiência como mulher na pandemia, a condição feminina no ambiente doméstico, hoje também de trabalho profissional. A convergência desses espaços

⁶ E-mail: melleite@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9197-2299>

exige uma composição complexa para dar conta dos desafios da maternidade, do trabalho doméstico e do campo profissional, em meio a um contexto social, político, econômico, bastante adverso.

Aqui tem-se a imagem da mulher acadêmica, professora pesquisadora, entre quatro paredes, que reúnem o ambiente acadêmico e o doméstico, vendo o céu e o sol pela janela.

A importância da pandemia para o cotidiano acadêmico: preocupações e expectativas com mudanças que esta gera nas relações educacionais

O contexto adverso, preocupante dessa crise sanitária em escala mundial, repercute fortemente não apenas na saúde (física, mental e social) da população, mas também em diferentes áreas e dimensões, econômicas, financeiras, sociais, entre outras. Uma referência especial se faz necessária no que concerne a impactos na área da educação e a perdas decorrentes dessa situação.

A crise fez sobressair ainda mais fortemente um contraste acentuado em termos de recursos e assimetrias no acesso à escolarização, quando se tem em foco, por exemplo, no âmbito da educação básica, a escola pública e a escola particular. Dispensável, parece, enfatizar que tais questões atingem diretamente o direito fundamental à educação.

Concordo com a Profa. Deisy Ventura, advogada e professora de Ética em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, e Coordenadora do doutorado de Saúde Global e Sustentabilidade, quando afirma que para entendermos a pandemia na América Latina, é necessário analisar as desigualdades antes, durante e depois da crise.

A desigualdade é um dos temas caros a uma das abordagens recorrentes, nos últimos três anos, em nossas pesquisas sobre

imagens da justiça: o da justiça curricular. Esta, de acordo com a produção pictórica da investigação que desenvolvemos abrange questões relacionadas a gênero, etnia, disparidades econômicas, direitos de minorias, direito à educação etc.

Neste momento, no que concerne à pesquisa, a etapa inicialmente projetada para este período foi reprogramada. O atual contexto provocou uma reformulação nos planos. Resolvemos, então, abrir mais espaço para aprofundar a etapa das análises comparativas das imagens da justiça produzidas por docentes e estudantes, que entendemos de alta relevância, tendo em conta a riqueza e potência do acervo de que dispomos.

Além disso, ações planejadas em articulação do Laboratório Imagens da Justiça, por mim coordenado, com o Grupo de Pesquisa Inventar: arte e construção do conhecimento jurídico, coordenado pela Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning, do Programa de Pós-Graduação em Direito, da UFPel, tendo como objetivo desenvolver ações na perspectiva da socialização do conhecimento jurídico, também exigiram reformulações. As exposições planejadas foram agora adaptadas para exposições virtuais. Este movimento de repensar criativamente, que se fez necessário, foi enriquecido a par-

tir de contribuições de estudantes participantes do Projeto. Como um dos resultados, destaca-se o desenvolvimento de um game JADE – Justiça, Arte, Direito e Educação, para ser disponibilizado a escolas da rede de educação básica, com o apoio de um caderno de instruções sobre o jogo.

Tais movimentos evocam uma expressão muito utilizada no contexto das *startups* – pivotar. Emprego aqui esta terminologia para enfatizar os processos de reinvenção e de contorno de problemas com soluções criativas, preservando seus propósitos. Entenda-se, livre absolutamente de qualquer conotação comercial ou de mercado.

Esclarece-se, neste sentido, que, em nosso grupo de pesquisa, nos manifestamos críticas/os à gestão da universidade e da escola pública, do próprio campo educacional, sob a lógica de princípios do mercado, reconhecendo as peculiaridades e a natureza das instituições educacionais, e valorizando-as como potência para a promoção da justiça social. Observa-se que estes importantes aspectos têm sido tensionados nas últimas décadas por valores neoliberais e percebe-se a possibilidade de a pandemia vir agravar esta tensão.

Em síntese, entendemos que a crise do COVID 19 repercutiu em um grande processo de desadaptação. Não somente no contexto do sistema educacional, mas em outros tantos, e agora, me parece, estes encontram-se entrando em uma adaptação forçada.

Na UFPel, há todo um esforço no sentido de desenvolver processos de ensino e aprendizagem sobre como utilizar novas tecnologias, ferramentas, tanto de parte

dos estudantes como dos docentes e adequar a programação educacional a um novo contexto.

O tema das novas tecnologias, obviamente, abre um conjunto de tópicos para refletir sobre as relações educacionais e o ensino remoto. E o movimento de adaptação definido na instituição é de que não seja a simples transposição das aulas presenciais para uma educação à distância. Além disso, há outros desafios a vencer, no sentido de superar dificuldades de acesso à internet, de uma parte dos estudantes, assim como de apoio e acompanhamento em casos necessários.

Apesar de toda as dificuldades, estamos muito sobrecarregados/os e com desafios a superar, mas por outro lado, é preciso ponderar que estamos no grupo dos que podem escolher ficar em casa. E isto é muito importante nesse momento, inclusive pelo potencial que tal medida representa para conter a pandemia. É preciso reconhecer a relevância do trabalho e as dificuldades das trabalhadoras e dos trabalhadores e dos/as profissionais da saúde, que estão na linha de frente, em atividades essenciais.

A pandemia está trazendo irreparáveis perdas, o que demandará reflexões e avaliação das ações e iniciativas desenvolvidas nesse período.

Evidentemente, poderemos ter também alguns ganhos, como a valorização da ciência e do Sistema Único de Saúde no Brasil, de investimentos necessários em serviços de água e saneamento básico. Temos observado, ainda, exemplos de solidariedade e fraternidade, em empreendimentos de pessoas e instituições, visando mitigar os efeitos deletérios do momento.

De outra parte, citamos o *home office*, que, em alguns casos, tem sido apontado como resultando em menos deslocamentos e gastos com combustíveis, assim como menos poluição, em grandes cidades.

Considerações finais

No seguimento do “efeito surpresa” da pandemia, entendo que precisamos estar preparados, ou prepararmos-nos, para momentos desafiantes em relação à educação, como um todo e, sobretudo, aos mecanismos que o “novo normal” (Castells, 2020) nos vai impor.

Isso significa dizer que se temos que pensar em novos desafios referentes a novas relações educacionais em função da pandemia, seria importante ainda pensar em velhos problemas que necessitam ser ultrapassados. Tendo em conta nossos estudos sobre a justiça curricular, particularmente no âmbito do ensino jurídico, inspirada em Estevão (2004), destaco que a justiça vincula temas fundamentais concernentes à igualdade, à liberdade e à democracia, depreendendo que aquela (a Justiça), de acordo com argumentos do autor, está necessariamente associada a uma educação de qualidade.

Para finalizar, cito Castells (2000; p. 1),

Portanto, nosso mundo é e será necessariamente híbrido, feito de realidade carnal e realidade virtual. É uma cultura da virtualidade real, porque essa virtualidade é uma dimensão fundamental da nossa realidade. E quando ameaças como a atual pandemia surgem sobre nossas vidas, podemos nos retirar, adaptar e recomeçar, sempre em direção ao abraço, que, é claro, não podemos e nem queremos virtualizar.

Referências

Castells, M. (2020, 26 de maio). *O digital é o novo normal*. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/o-digital-e-o-novo-normal>

Estevão, J. C. (2004) Educação e de-mocracia: um estudo sobre as geografias da justiça em educação. São Paulo, Cortez.

Santomé, J. T. (2013a). Currículo, Justiça e Inclusão. In: J. G. Sacristán (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo* (pp. 71-86). Porto Alegre: Penso.

Santomé, J. T. (2013b). *Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação*. Porto Alegre, Penso.